

Tecendo as redes entre natureza e sociedade: os desafios das mulheres pescadoras em Sergipe

Eline Almeida Santos¹

Geoplan e Npgeo, Universidade Federal de Sergipe,

elinegeo@hotmail.com

Miria Cássia Oliveira Aragão²

Geoplan e Prodema, Universidade Federal de Sergipe,

cassia_115@hotmail.com

Rosemeri Melo e Souza³

Geoplan, Dge-Npgeo e Prodema, Universidade Federal de Sergipe,

rome@ufs.br

Resumo

As interações entre a sociedade, os sistemas ambientais e os recursos naturais são caracterizadas pelas formas e necessidades impostas pelo modo de produção em vigor, ou seja, pelo padrão de consumo expresso em cada sociedade. O espaço da pesca é caracterizado, principalmente, pela profunda ligação entre homem e natureza, pelos saberes tradicionais adquiridos nessa relação e pelos laços construídos no desenvolvimento da atividade. A inserção da mulher nos mais altos estratos da sociedade e no mercado de trabalho mundial demonstra as conquistas das mesmas em diversas atividades. Porém, no âmbito da pesca muitos são os obstáculos enfrentados, principalmente quando o assunto é valorização e reconhecimento profissional, visto que há diferenças em termos salariais e direitos sociais. Diante desse quadro, o presente texto tem como objetivo instigar o debate acerca da participação da mulher no setor pesqueiro, suas relações com o meio e os principais desafios enfrentados em sua luta cotidiana. Entende-se que analisar a participação da mulher na pesca é contribuir para a formulação de políticas que conduzam a uma maior equidade entre os gêneros e para a manutenção da atividade com a elaboração de plano coerentes com as intempéries observadas no setor.

Palavras-chave: Natureza, Sociedade, Mulheres pescadora.

1. Introdução

Nos primórdios da existência humana o homem retirava da natureza apenas o que necessitava para sua sobrevivência, submetendo-a e adaptando-se a ela. Com a evolução das técnicas e da ciência ele começa, graças a seu trabalho transformador, a modificar a relação entre ele e a natureza (ROSSINI, 1986, p. 98)

As interações entre sociedade e sistemas ambientais e as apropriações dos recursos naturais são caracterizadas pelas formas e necessidades impostas pelo modo de produção em vigor, ou seja, pelo padrão de consumo expresso em cada sociedade.

O padrão de consumo atual configura a intensa exploração e distanciamento entre o homem e a natureza. O resultado de tal panorama é a redução dos elementos que a constituem e, conseqüentemente, a crise denominada ambiental caracterizada pela destruição da base física, pelo desmantelamento social com o aumento da miséria e da finitude dos recursos naturais.

Por muito tempo a natureza foi apresentada como fonte inesgotável de recursos, tendo como função saciar o ideal consumista do homem moderno.

Nessa lógica, pode-se pensar o espaço da pesca caracterizado, principalmente, pela profunda ligação entre homem e natureza, pelos saberes tradicionais construídos nessa relação, e, pela exploração intensiva dos recursos acarretando a diminuição da oferta do pescado para os pescadores e os conflitos no espaço litorâneo e ribeirinho.

A pesca segundo Diegues (2004. p. 17) é uma das atividades mais antigas, exercida pelo homem em período anterior ao Neolítico, ressaltando-se que na Idade Média, do século VII a X, o peixe tornou-se parte integrante da alimentação popular. Ele afirma também que, no Brasil, a pesca praticada pelos índios é uma atividade anterior à chegada dos navegadores portugueses, pois peixes, crustáceos e moluscos faziam parte da dieta alimentar.

No Brasil a configuração do litoral contribui, significativamente, para o desenvolvimento da pesca, uma vez que, devido à sua extensão, apresenta uma série de ecossistemas que variam, entre eles: campos de dunas, ilhas, recifes de corais, costões rochosos, baías, estuários, brejos, falésias e baixios. Desse modo, a riqueza biológica dos ecossistemas costeiros faz com que essas áreas sejam grandes "berçários" naturais, tanto para as espécies características desse ambiente quanto para outros animais que migram para as áreas costeiras durante, pelo menos, uma fase do ciclo de vida (MELO E SOUZA, 2007, p. 19).

Nas comunidades denominadas tradicionais, cujo modo de vida está ligado ao uso tradicional dos recursos naturais, a pesca é desenvolvida de forma artesanal com a utilização de embarcações rudimentares (canoa, por exemplo), instrumentos elaborados pelos comunitários e com o auxílio da família. O manejo e a gestão das áreas naturais são profundamente influenciados pela visão de mundo, práticas culturais e simbólicas dessas comunidades.

No Brasil o que tem garantido o abastecimento interno de produtos pesqueiros é a pesca artesanal, compreendida como uma atividade econômica que se utiliza de embarcações e instrumentos de pesca rústicos.

Nos últimos anos as comunidades pesqueiras tradicionais vêm sofrendo uma série de impactos negativos (crescimento populacional desordenado, turismo insustentável, especulação imobiliária e exploração intensiva dos recursos dentro de uma lógica da geração de riquezas e do consumo demasiado) que provocam a transformação do ambiente de forma a existirem conflitos no desenvolvimento da atividade, pois os recursos se tornam escassos. Além disso, a comunidade passa a desempenhar outras atividades (artesanato, serviços de caseiro, pedreiros, etc.) com o objetivo de complementar a renda familiar. Aliado a isso se observa o crescimento do trabalho feminino no setor pesqueiro.

Contudo, muitos são os obstáculos enfrentados pelas mulheres pescadoras, principalmente quando o assunto é valorização e reconhecimento profissional, visto que há diferenças em termos salariais e direitos sociais.

Diante desse quadro, o presente texto tem como objetivo instigar o debate acerca da participação da mulher no setor pesqueiro, suas relações com o meio e os principais desafios enfrentados em sua luta cotidiana.

O recorte espacial para tal discussão englobou a comunidade Mem de Sá localizada no município de Itaporanga D' Ajuda e a comunidade de Taiçoca de Fora localizada no município de Nossa Senhora do Socorro, ambas pertencentes ao estado de Sergipe.

O trabalho de campo foi desenvolvido a partir de observação participante a respeito da estrutura e operacionalização da atividade pesqueira, dos pontos de pesca, do modo de vida das comunidades, e a busca de saberes que podem ajudar a proporcionar a sustentabilidade socioambiental das localidades. Também foi feito o registro das observações em diários de campo com o objetivo de manter uma memória vívida, realizar a descrição rápida dos eventos e fazer notas e lembretes para investigação de algum evento com mais profundidade.

Além disso, foram aplicados roteiros de entrevistas (pescadores e marisqueiras nativos) e questionários semiestruturados (lideranças comunitárias, representantes das associações, religiosos, membros gestores das escolas e atores locais que tiveram significativo destaque nas falas dos entrevistados).

O artigo está estruturado, basicamente, em quatro momentos. O primeiro resgata o debate sobre a natureza, apresentando contribuições teóricas acerca da construção de seu conceito. O segundo apresenta uma discussão a respeito do contexto histórico em que emergem as manifestações sobre a questão ambiental, os impactos negativos sobre o meio através da ação humana, a concepção de natureza como externalidade. No momento seguinte apresentam-se algumas contribuições sobre a inserção da mulher na pesca, relações de gênero e como a dinâmica ambiental interfere no desenvolvimento da atividade. Logo após, aborda-se a configuração da pesca feminina nas comunidades pesqueiras analisadas. Por fim, têm-se as conclusões enfatizando a relação sociedade-natureza, pesca e mulher.

2. Natureza: um conceito em constante construção

Na atualidade é comum a discussão acerca da relação da sociedade com a natureza uma vez que o consumo exarcebado tem provocado sua especulação e, conseqüentemente, os problemas ambientais que, também, abrangem a esfera social, econômica, política e cultural.

Como traz Rodrigues (2009, p. 168), a “natureza” é essencial na organização do espaço, não podendo ser dissociada na análise da sociedade. Assim, o debate acerca da relação homem-natureza possibilita a compreensão do panorama atual da sociedade. Torna-se relevante a análise da construção do conceito de natureza, uma vez que seu estudo proporciona a reconstituição do papel do homem em sociedade.

Segundo alguns autores num determinado momento a relação do homem com o restante da natureza já foi integrada de tal forma que não havia sequer a percepção da existência da natureza como algo extra-humano. Com o tempo, a natureza passou a ser vista como entidade à parte, sendo que no período da revolução industrial tornou-se uma exclusiva fornecedora de matérias-primas.

A revolução industrial, muito mais que uma profunda revolução técnica, foi o coroamento de um processo civilizatório que almejava dominar a natureza e para tanto submeteu e sufocou os que a ela se opunham. O absurdo é que tal projeto teve - de antemão - de colocar o homem como não-natureza, pois se o homem não fosse assim pensado a questão da dominação da natureza sequer se colocaria (GONÇALVES, 2008, p. 42).

Porém, é na Antiguidade com Platão e Aristóteles que começa a existir um certo privilégio do homem sobre a natureza. A ideia mágica de natureza como uma necessidade, contra a qual nada se pode fazer, é superada. Agora a natureza não se explica por si mesma, passando a ser vista como obra de Deus (MORAIS, 1999, p.80).

Mas foi sobretudo com a influência judaico-cristã que a oposição homem-natureza e espírito-matéria adquiriu maior dimensão (GONÇALVES, 2008, p.32). Esse fato serviu de base para a recente intervenção da natureza com objetivos práticos e econômicos.

De acordo com Moreira (2006, p. 54) o modo como hoje concebemos a natureza tem sua origem mais remota na revolução introduzida por Nicolau Copérnico no entendimento do sistema solar via teoria heliocêntrica, a partir daí passou a haver entendimento da ideia de natureza em toda a Europa. Desse modo, a revolução de Copérnico significou a releitura da ordem geográfica do mundo. E nasce a ciência moderna. Sendo que a base da passagem da teoria geocêntrica para a teoria heliocêntrica é a criação do método experimental por Francis Bacon e Galileu Galilei.

Por meio do método experimental os fenômenos se tornaram objeto de conhecimento mediante a investigação metódica. “O homem, instrumentalizado pelo método científico, pode penetrar os mistérios da natureza e, assim, torna-se “senhor e possuidor da natureza”. À imagem e semelhança de Deus, tudo pode, é *todo-poderoso*” (GONÇALVES, 2008, p.33).

Em oposição ao empirismo tem-se o pensamento de Descartes, que fundou a compreensão do comportamento dos fenômenos na geometrização do mundo. “Descartes preconiza uma concepção de natureza sem orientação, sem interior, externa a si mesma (*res extensa*)” (MELO e SOUZA, 2007, p. 74).

A concepção de natureza externa consagrará a capacidade humana de dominá-la. A natureza deixa de ser a morada de Deus e passa a ser concebida através de modelo físico-matemático. “Está dessacralizada já que não mais povoada por deuses, pode ser tomada objeto e, já que não tem alma, pode ser dividida (...). É uma natureza-morta, por isso pode ser esquartejada” (GONÇALVES, 2008, p. 38).

Com base em Moreira (2006, p. 58) a desumanização acontece, já que não se pode conceber a natureza como movimento mecânico tendo-se de contemplar a presença do homem. Deste modo, a separação natureza-homem no plano geral da filosofia e a separação ciência-filosofia no plano específico do mundano significam fazer da natureza assunto da ciência e do homem assunto da metafísica.

De acordo com o exposto, na visão antropocêntrica e cartesiana, a natureza é objetiva e o homem é externalidade. Um não faz parte do espaço do outro. Isso corrobora com o princípio de que estando o homem dissassociado da natureza torna-se mais fácil e aceitável o domínio dela.

Para a filosofia cartesiana, a natureza é vista como um recurso, isto é um meio para se atingir um fim. (...) Através do conceito de natureza externalizada, passível de controle humano, uma “engrenagem” precisa e perfeita foi posta a serviço do progresso material da sociedade, desembocando, no século XVIII, na Revolução Industrial... O homem tornou-se uma parte física do processo de engrenagem, através de sua força de trabalho. Ao realizar esse processo, homem e natureza são reintegrados para formar o corpo produtivo fabril: o corpo humano funcionando como força de trabalho para transformar os elementos inorgânicos em “corpos-mercadorias” e a natureza como condição natural de produção (MORAIS,1999, p.83).

Os problemas ambientais que englobam as mais diversas dimensões (social, econômica e política) são resultantes de ações denominadas insustentáveis e refletem a ótica cartesiana de natureza. Como traz Capra (1996, *apud* BOAS e CARVALHO, 2005, p. 01) os problemas ambientais são na verdade problemas sistêmicos, interligados e interdependentes e sua solução dependem da mudança na percepção, no pensamento e nos valores humanos.

Deste modo, é preciso pensar um modelo de sociedade em que o homem não se sinta externalidade, mas, uma extensão da natureza, possibilitando uma relação integral e harmônica, na qual os limites serão considerados.

As discussões acerca da filosofia da natureza são relevantes pelo fato de possibilitar o entendimento do seu conceito. Camargo (2005, p. 30) afirma que “o conceito de natureza é um produto social”. Toda sociedade, toda cultura, cria um determinado conceito de natureza, ao mesmo tempo em que cria e institui suas relações sociais (GONÇALVES, 2008, p.37). Ou seja, a natureza é um conceito que traz em si a configuração de um grupo em determinado período histórico.

De acordo com os pressupostos, o conceito de meio ambiente, natureza “é uma referência concreta da atuação das sociedades ao longo história” (CARVALHO, 1991, *apud* WALDMAN, 1992, p. 31). Esta atuação, como dito anteriormente, tem gerado uma transformação no meio natural de forma desequilibrada levando o homem a refletir sobre o tipo de desenvolvimento e sociedade instaurado. Ou seja, refletir sobre um tipo de sociedade capitalista que tem como objetivo o máximo de desenvolvimento das forças produtivas é excludente, e que entende como atrasadas as formações sociais que não compartilham desta vontade.

O produtivismo inerente do modelo de sociedade capitalista pressupõe caráter inesgotável dos recursos naturais. Nega o delicado equilíbrio dos ecossistemas. O desperdício lhe é inerente. Com as técnicas de obsolescência planejada, a mercadoria é confeccionada com a finalidade de tornar-se inútil, mais do que inviabilizá-la após certo tempo... O mercado passa a ser uma esfera política de caráter fantasmagórico, dividindo abstratamente a sociedade entre consumidores e mercadorias. Para o produtivismo, não existem classes sociais, apenas consumidores (WALDMAN, 1992, p. 57).

Como aborda Morais (1999, p.91), a natureza não pode ser vista como um paradigma físico-matemático, nem biológico. A natureza é isso e muito mais. Ela é histórica e deve ser compreendida como um todo. Sua história, bem como da sociedade é vista como um processo único, espiralado, na constituição eterna do vir-a-ser em cada situação histórica. Assim, a integração entre natureza e sociedade ocorre de tal forma que se torna difícil conceber uma natureza sem o homem, pois quem atribui significado à natureza é a própria existência humana.

3. Sociedade e Natureza: Problematizando a Questão Ambiental

A sociedade compreende um conjunto de indivíduos que compartilham costumes, interesses, gostos em comum, sendo estes particularizados em cada momento histórico. A sociedade é um agrupamento de pessoas que vive numa comunidade e suas relações com a natureza são determinadas pela forma como ela se organiza para o acesso e uso dos recursos naturais. Daí a discussão acerca da crise ambiental a partir da análise da relação sociedade-natureza, visto que fornece subsídios para o seu entendimento.

A crise ambiental reflete a lógica que fundamentou a exploração intensiva da natureza. Nessa lógica, a natureza é instituída como objeto a ser dominado, privatizado por um sujeito, embora nem todos os homens sejam proprietários dela. Logo, a crise ambiental é fruto de um modelo de crescimento econômico em que foram incorporadas tecnologias ao processo produtivo, mas que em nada contribuiu para a libertação do homem e uso sustentado da natureza. Ao contrário, promoveu a subordinação humana e o possível esgotamento dos recursos naturais.

A natureza foi encarada como devendo servir aos interesses dos homens, sendo separada deles e dominada por eles, o homem se tornando senhor da natureza graças às técnicas e ciências. A natureza é vista como um amontoado de recursos naturais a ser explorado, mais cedo ou mais tarde (PROST, 2009, p. 184).

No setor pesqueiro os problemas ambientais foram desencadeados a partir da redução do pescado, crescimento desenfreado do turismo nas cidades costeiras, urbanização e ocupação de áreas fundamentais para reprodução das espécies.

Assim, na década de 60 foi lançado o livro *Primavera Silenciosa* cuja autoria é da jornalista Rachel Carson que tratou de discutir a perda da qualidade de vida produzida pelo uso indiscriminado e excessivo dos produtos químicos e os efeitos dessa utilização sobre os recursos ambientais. Este livro é considerado um marco nas discussões acerca das questões ambientais, pois gerou inquietações na comunidade mundial a respeito da necessidade de providências para reversão do quadro descrito. Ainda nesta década foi fundado o Clube de Roma, grupo de especialistas que se reuniram para discutir a crise atual e futura da humanidade (DIAS, 1994, p. 21).

A partir das discussões o Clube de Roma publicou, em 1972, um relatório intitulado *The Limits of Growth* (Limites do Crescimento) que denunciava que o crescente consumo mundial ocasionaria um limite de crescimento e um possível colapso. Isso despertou o interesse de estudiosos de diversas áreas pela problemática, levando-os a pensar numa nova forma de aliar crescimento econômico, preservação da natureza e bem-estar social. Ainda sob os efeitos das repercussões deste relatório, surgiu uma série de eventos cujo tema principal foi a questão ambiental, como por exemplo, a Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo.

Considerada um marco histórico político internacional para o surgimento de políticas de gerenciamento ambiental, a Conferência de Estocolmo gerou a Declaração sobre o Ambiente Humano e estabeleceu o Plano de Ação Mundial com o objetivo de inspirar e orientar a humanidade para a preservação e melhoria do ambiente humano (DIAS, 1994, p.21).

No plano político emerge uma série de movimentos sociais, dentre os quais o ecológico. A crítica não é, exclusivamente, sobre o modo de produção, mas, fundamentalmente, sobre o modo de vida. No Brasil, o movimento ecológico desponta na década de 70, num contexto histórico caracterizado pela ditadura militar. Nesse período, os tecnocratas brasileiros declaram que a “pior poluição é a da miséria” e tentam atrair capitais estrangeiros para o país. A fim de obter investimentos internacionais o Estado criou diversas instituições para gerir o meio ambiente (GONÇALVES, 2008, p.12).

Nesta perspectiva, o movimento ecológico surge das lutas sociais, da mudança do modo de vida, de outra forma de relacionamento entre os seres vivos.

As formulações acerca da questão ambiental remetem à compreensão da produção e estruturação do espaço. Rossini (1986, p.101) parte da tese de que o espaço constitui uma produção humana, sendo o seu processo de criação e transformação determinado pelo modo como os homens produzem sua existência. Transformando o espaço, os meios natural e social, o homem também é transformado por ele (REIGOTA, 2004, p. 15).

Autores que se voltam para a problemática ambiental colocam que a introdução do debate e da dimensão ambiental no interior das ciências sociais é recente, sendo poucos os estudos nessa linha. O ambiental emergiu como uma possibilidade de ruptura de paradigmas, de integração entre as áreas do conhecimento.

Rodrigues (2009, p.178) afirma que as ciências estão permeadas de noções e estratégias de intervenção localizadas, de ideias para encontrar soluções sem atentar para o processo de constituição dos problemas, sem entender que a natureza não tem fronteiras administrativas.

Desse modo, a questão ambiental da maneira como vem sendo trabalhada não ultrapassou a abordagem tradicional.

4. Do trabalho doméstico ao ritmo dos fenômenos naturais: participação da mulher na pesca

Nos últimos anos o papel desempenhado pela mulher no cenário mundial vem ganhando destaque. As mulheres passam a ocupar espaços até pouco tempo inimagináveis. Porém, muitos são os obstáculos existentes e que deverão ser ultrapassados para que as mulheres possuam de forma efetiva a igualdade de direitos, para que haja a superação das tradicionais iniquidades existentes entre homens e mulheres.

Na pesca artesanal há a participação significativa da mulher contribuindo para a conservação do meio e o sustento da família. Aplicado ao estudo da pesca pode-se pensar o estudo sobre a inserção da mulher no setor pesqueiro, ou seja, ao estudo de gênero.

O gênero corresponde à forma que a diferença sexual assume nas diferentes sociedades e culturas e que determina os papéis e *status* atribuídos a homem e mulheres e a identidade sexual da pessoa¹. Além disso, o enfoque de gênero deve se concentrar nos efeitos e impactos desiguais de políticas e estratégias de desenvolvimento, causados em homens e mulheres. Essa relação não é estabelecida pelo fato de que as mulheres pertençam ao sexo feminino (biologia), mas sim aos papéis socialmente criados (papéis de gênero) e que continuam lhes sendo impostos estejam onde estiverem (ROSSINI, 2008, p. 05).

¹ Dicionário Aulete Digital. Disponível em <<http://aulete.uol.com.br>>. Acesso em: 10 de set. de 2009.

Para Castro e Abramovay (2005, p.38) a abordagem sobre gênero está centrada na vivência e na incorporação de ações de homens e mulheres nas políticas e programas, para apontar diferenças e semelhanças e realizar propostas concretas de como garantir uma participação mais efetiva, quer na modelagem, quer nos frutos de um desenvolvimento que se deseja sustentável.

O estudo de gênero possibilita o entendimento do papel exercido por homens e mulheres na sociedade, no reconhecimento das diferenças e na elaboração de políticas públicas que colaborem com a equidade entre os seres e planos de manejo para a sustentabilidade da atividade.

No setor pesqueiro, tradicionalmente, a mulher ocupa papel secundário ou complementar ao dos homens pescadores, sendo em muitos casos o seu trabalho invisível para a comunidade.

A invisibilidade da atuação da mulher pescadora é também evidenciada nas pesquisas referentes à pesca. No Brasil, os estudos sobre a pesca, principalmente a artesanal, são pouco difundidos. Alguns autores apontam que grande parte dos dados disponíveis encontra-se em fontes secundárias, como teses e relatórios não publicados. Embora existam estudos sobre a produção da mulher no setor pesqueiro, pouco ainda se sabe sobre a realidade dessa produtora, e muito menos a dinâmica da sua atividade. Essa realidade ainda não é traduzida em números, uma vez que as mulheres não aparecem nas estatísticas oficiais (ROCHA, 2010, p. 33).

Na maior parte dos grupos pesqueiros os marcos da divisão do trabalho são bastante fortes: os homens pescam enquanto as mulheres se ocupam das tarefas domésticas. Não é raro - e no Brasil ocorre com frequência considerável - que os membros da família que não fazem parte das tripulações - geralmente mulheres e crianças - desempenhem tarefas consideradas *de terra* (MALDONADO, 1986, p. 19). Coube às mulheres, no decorrer dos anos, o papel de catadeiras, coletadoras ou (como são mais conhecidas) marisqueiras, que dominam junto com os filhos e filhas, as margens das regiões estuarinas, dos rios ou dentro dos mangues, com a pesca da ostra, marisco, siri, sururu, etc (RAMALHO, 2006, p. 59).

Percebe-se que a lógica dominante em relação à participação da mulher na pesca é que a ela cabe a função de desempenhar o trabalho doméstico, a educação dos filhos e as atividades próximas às suas residências. Desempenha atividades complementares à atividade masculina. Mas, será que essa proposição corresponde à realidade de todas as mulheres pescadoras? É evidente que não, uma vez que se observa um aumento do número de mulheres pescadoras que desempenham atividades em pontos cada vez mais distantes da costa. Essas mulheres, em muitos casos, precisam sustentar a família porque se tornaram a principal provedora do lar, ora por morte do cônjuge ora por não possuírem ajuda de outrem. É evidente que há

um predomínio da atuação masculina em áreas longínquas, em alto-mar, por exemplo, visto que a força física é um determinante.

Raimundo e Gehlen (2009, p. 07) afirmam que se aproveitando da idéia da “pouca importância” do trabalho realizado pelas mulheres, outros processos vão sendo desencadeados, como a baixa remuneração e a “legitimação” de menos prestígio, quando a pesca é realizada pela mulher”.

Para se ter uma ideia, até a Constituição Brasileira de 1988, o trabalho feminino na pesca não era legalmente reconhecido, pois a pesca era considerada uma atividade masculina. Antes disso, a SUDEPE (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca) só reconhecia legalmente as mulheres que trabalhassem como coletoras de mariscos ou algas (ROCHA, 2010, p. 33).

De 1988 até os dias atuais a mulher pescadora vem lutando e fazendo reconhecer o seu trabalho. Isso é evidenciado a partir da exigência de sua aceitação institucional e de carteiras de inscrição como as dos pescadores, chamando de *pescadora* o trabalho que fazem (MALDONADO, 1986, p. 21). Permitindo-se, assim, que essa mulher tenha acesso às colônias, créditos, direitos previdenciários; que seja identificada como trabalhadora do setor pesqueiro e não como parte complementar de uma atividade masculina.

Apesar do avanço nas discussões e resoluções referentes à participação feminina na pesca, muitos são os obstáculos que necessitam ser vencidos para o seu real reconhecimento.

É sabido que o desenvolvimento da atividade, pelos atores envolvidos, é fruto de um aprendizado adquirido ao longo de anos e através da interação entre grupo pesqueiro e ambiente. Vivendo da reprodução cíclica dos estoques (MALDONADO, 1986, p. 42), seus horários são determinados pela precisão das leituras que fazem acerca dos ritmos e movimentos das marés e cardumes resultantes do espaço ecológico do trabalho (RAMALHO, 2006, p. 51).

A inserção da mulher na pesca tem início nos primeiros anos de vida quando esta passa a acompanhar a mãe na labuta diária. O exercício diário permite a construção de um rico conhecimento sobre os ciclos da natureza e o comportamento das espécies.

O conhecimento se (re)cria ao longo do tempo e confere referências amparadas na tradição, valores e hábitos, que são (re)elaborados/transformados de acordo com as novas necessidades dos pescadores, no intuito de aplicá-los ao contexto de pressão socioeconômica. Esta provoca mudanças nas rotas e nos melhores locais de pescaria, exigindo dos pescadores (re)leituras de sua ação na construção de um novo ordenamento da territorialidade aquática (RAMALHO, 2006, p. 57).

Desse modo, os impactos provocados pela urbanização, turismo não planejado, poluição, entre outros, têm provocado a degradação do meio, assim como o represamento das águas e a retirada das(os) pescadoras(res) da sua área de influência, passando a existir conflitos devido à busca pelos recursos pesqueiros.

Analisar a participação da mulher na pesca é contribuir para a formulação de políticas que conduzam a uma maior equidade entre os gêneros e para a manutenção da atividade com a elaboração de plano de manejo, visto que são muitas as intempéries observadas no setor.

5. Os desafios das mulheres pescadoras em Sergipe

5.1. Comunidade Mem de Sá. Itaporanga D' Ajuda - SE

A comunidade Mem de Sá está compreendida em uma ilha fluvial no estuário do rio Vaza-barris, (11°29'26"S e 06°46"W), localizada em Itaporanga D' Ajuda, distante apenas 23 km da sede municipal e a 53 km de Aracaju, tendo a pesca como principal fonte de renda e vida para os seus habitantes. A população da ilha é de aproximadamente 260 pessoas e a maioria dos pescadores é registrada na Colônia Z-9, em Itaporanga D' Ajuda. A localidade tem energia elétrica, mas a água não é suficiente para o abastecimento permanente de todas as moradias. Recentemente houve a retomada do Grupo de Samba de Coco e do Reisado; no mês de dezembro ocorre a tradicional festa da padroeira do povoado, Santa Luzia, que por sua vez, precede a Festa do Caranguejo, realizada na última década pelos moradores da ilha (EMBRAPA, 2007, p. 02).

No contexto em destaque enfatiza-se que a relação do homem com a natureza mediada pelo trabalho requer especial atenção, pois a construção do ser social é esculpida no âmbito do trabalho, condição modeladora dos ambientes naturais e construídos, além de condutor das práticas sociais e da reprodução humana. Deste modo, na concepção de Ramalho (2006, p. 48) é impossível discutir a realidade da produção e da reprodução social dos pescadores, ao longo do tempo, sem valorizar a questão pertinente ao universo do trabalho, de sua estrutura e desenvolvimento.

Contudo, de acordo com Marques (2001, p. 190), nas diversas comunidades pesqueiras do Brasil, o pescar é masculinamente reconhecido como atividade varonil. Assim, na ilha Mem de Sá o chefe da família é majoritariamente masculino e a liderança das famílias e as peculiaridades do ambiente pesqueiro, apesar das significativas conquistas das mulheres, são elementos nitidamente controlados por relações de poder masculinas.

Na Ilha Mem de Sá existem relações e divisões sexuais e sociais de trabalho bem definidas: a pesca apresenta-se como atividade tipicamente masculina enquanto a mariscagem (a pesca ou cata e descarte dos mariscos) é atividade predominante das mulheres, com destaque para a captura do caranguejo aratu (*Goniopsis cruentata*). Bem como as artes de pesca, com maior destaque para a tarrafa e a vara com linha.

A tarrafa é a arte de pesca mais difundida e mais encontrada na comunidade Mem de Sá. De acordo com os pescadores artesanais da localidade, a utilização da mesma é rotineira, por ser de fácil manuseio e depender menos de condições específicas do ambiente natural (figura 01).



Figura 01 – Tarrafas expostas na Ilha Mem de Sá – Itaporanga D’Ajuda/Se. Fonte: Projeto Gestão Participativa para o Desenvolvimento da Comunidade Mem de Sá- Itaporanga D’Ajuda/Se – Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2009

Contudo, interessante é o destaque da vara com linha, uma arte de pesca utilizada exclusivamente pelas mulheres da comunidade para a captura do caranguejo *aratu*. A fabricação da mesma é feita de forma artesanal utilizando apenas uma vareta com uma amarração a um fio de náilon. Em uma das extremidades do fio (linha) é posto uma isca para a captura do aratu, crustáceo que “gosta” de barulho e dos cantos das “encantadoras de aratu” (figura 02).



Figura 02– Aratu na Ilha Mem de Sá

Fonte: Projeto Gestão Participativa para o Desenvolvimento da Comunidade Mem de Sá- Itaporanga D’Ajuda/Se – Embrapa Tabuleiros Costeiros. 2009

As mulheres marisqueiras aparecem como cônjuge do chefe da família, ou seja, o trabalho destas é considerado complementar ao trabalho do chefe da família, ao da pesca masculina.

A pesca do aratu é realizada nas margens próximas da ilha, pois as marisqueiras devem conciliar a atividade com os trabalhos domésticos e a criação dos filhos. De acordo com o Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras-PEAC² de outubro de 2009 a agosto de 2010 foram capturados na ilha Mem de Sá 7.520,8 kg de aratu. Contudo, a comercialização do aratu, do catado de aratu, é basicamente realizada por atravessadores, pois a procura no mercado Alcez Garcez Rolemberg, situado em Itaporanga D'Ajuda, não supre a oferta pelo produto (figura 03).



Figura 03 – Mulheres saindo para a pesca do aratu

Fonte: Projeto Gestão Participativa para o Desenvolvimento da Comunidade Mem de Sá- Itaporanga D'Ajuda/Se – Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2009

As mulheres pescadoras e marisqueiras na ilha Mem de Sá têm uma decisiva contribuição no âmbito propriamente da pesca e na composição do rendimento familiar mensal. Contudo, apesar da atmosfera de conhecimento tradicional emanado pelos pescadores artesanais da localidade são necessárias alternativas alicerçadas pela coletividade da ilha que possibilitem o alavancamento do desenvolvimento local ancoradas, inclusive, pelo potencial das mulheres.

² O Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras – PEAC, é uma ação da Petrobras, fruto de uma exigência do licenciamento ambiental dos empreendimentos marítimos da Unidade Operacional Sergipe e Alagoas, o qual também engloba o PMPDP- Projeto de Monitoramento Participativo do Desembarque Pesqueiro. A ilha Mem de Sá é contemplada pelo programa e os dados foram disponibilizados pelo Prof^o. Dr^o. Mario Thome da Universidade Federal de Sergipe e responsável pelo programa na localidade.

5.2. Comunidade Taiçoca de Fora - Nossa Senhora do Socorro - SE

O povoado Taiçoca de Fora possui uma população de, aproximadamente, 7.000 habitantes (Cf. Posto Saúde Local, 2009) e divide-se em Bolandeira, Barreira e Canabrava. Encontra-se imbricado numa região de ecossistemas frágeis, os manguezais, e, vem passando por transformações intensas, do ponto de vista da degradação dos elementos da natureza, devido à prática da carcinicultura, entre outros fatores que serão apresentados ao longo do texto. Além do camarão, a comunidade sobrevive da criação de suínos e da pesca do sururu (*Mytella guyanensis*) e sutinga³ (*Mytella charruana*).

Dentre os mariscos coletados pela comunidade destacam-se o sururu (*Mytella guyanensis*) e o sutinga (*Mytella charruana*), representando uma das principais fontes de renda da comunidade, visto que mais de 90% das pessoas que aí residem dependem da coleta dos mariscos. Segundo matéria publicada no Jornal da Cidade (2009)⁴ a maior parte da produção, aproximadamente, 80% é exportada para os estados da Bahia e Alagoas, sendo que a região na qual está localizada a comunidade chega a ser uma das maiores produtoras do marisco no Nordeste, produzindo mais de 1,5 mil toneladas por mês. Desde atravessadores até pequenas famílias ganham dinheiro com o fornecimento dos moluscos, que se encontra em demasia espalhado pelos rios do Sal, Cajaíba e Cotinguiba que margeiam a localidade.

Para a coleta do sutinga (*Mytella charruana*) o pescador e a marisqueira deslocam-se até a área de pesca (distante do local de residência) via canoa, e, em determinados pontos, com uma vara de madeira, verificam a existência do marisco no leito do rio. Dessa maneira muitos canteiros⁵ são marcados, configurando vários territórios na área explorada (figura 04).

Os pescadores conhecem pontos no rio ou no mar onde determinadas espécies são encontradas, e em função do aspecto seletivo da pesca, diferentes técnicas são usadas para capturar determinadas espécies, assim como os pontos de pesca são, em geral, direcionados a captura de determinadas espécies (BEGOSSI, 2004, p. 224).

³ De acordo com os moradores da localidade são animais cujas características são semelhantes a do sururu, diferenciando no tamanho, no sabor e no preço. Eles afirmam que o sururu possui melhor qualidade, pois apresenta maior tamanho, um sabor mais apurado e o preço da venda é superior.

⁴ Matéria intitulada em *Sururu e Sutinga dão bons lucros em Socorro*, publicada em 11/01/2009 e está disponível em <http://2008.jornaldacidade.net/2008/noticia.php?id=23375t>.

⁵ Denominação dada pelos pescadores da localidade para os pontos de coleta do marisco. De acordo com o dicionário Aurélio (2001), *canteiro* significa porção delimitada de terreno cultivado de plantas. Associando ao marisco, percebe-se que o sutinga forma um grande tapete no leito do rio, constituindo-se em verdadeiros canteiros.



Figura04– Sutinga (*Mytella charruana* s), marisco coletado na Taiçoca de Fora-SE

Fonte: Eline Almeida Santos, 2009

Na extração do sutinga (*Mytella charruana*) há uma divisão do trabalho, sendo os homens responsáveis pela pesca e as mulheres, em sua maioria, pela separação do molusco da casca. Porém, existem marisqueiras que participam de todo o processo de beneficiamento do marisco, ou seja, da coleta, do tratamento e da venda. (Figuras 05).

“O sutinga (*Mytella charruana*) é criado no fundo do rio. [...] e não tem canto nesses rios largos aí que ele (pescador/mergulhador) não mergulhe pra buscá o sutinga [...] é muitos sacos. Tem mulher que mergulha e tira [...] lugar raso (3 m). Ali é dela mesmo. Ela mesmo tira, ela mesmo cozinha, ela mesmo com a família tira do casco e ela mesmo leva pro mercado pra vender” (entrevistado, 2010).



Figura 05– Pescadores chegando da coleta

Fonte: Eline Almeida Santos, 2009

O que as mulheres realmente coletam é o sururu, encontrado na lama do mangue. Com uma habilidade adquirida ao longo dos anos, estas mulheres saem cedo para o ponto de coleta (por volta das 05 horas, dependendo do ciclo da maré), sentam em meio ao mangue e com as mãos extraem o marisco. Em casa, juntamente com os familiares, cozinham e retiram o molusco da casca, sendo o filé vendido nos mercados locais, principalmente em Aracaju. Percebe-se que ao mesmo tempo em que lutam para complementar a renda familiar não descuidam da educação dos filhos e dos afazeres domésticos, realizando uma dupla jornada diária (figura 06).



Figura 06 - Dupla jornada de trabalho: mulher extraíndo o marisco da casca e cuidando da família

Fonte: Eline Almeida Santos, 2009

Segundo o senhor José dos Santos (conhecido como Seu Linheiro) os homens e mulheres estão cadastrados em duas colônias, a Colônia de Pescadores Z1, localizada na cidade de Aracaju-SE, e a Colônia de Pescadores Z6 em Nossa Senhora do Socorro-SE. O registro na colônia possibilita o recebimento de uma quantia em dinheiro no período do defeso, época em que a pesca comercial é proibida, pois as espécies entram em reprodução e isso acaba garantido a sobrevivência das mesmas.

As colônias de pescadores são entidades associativas com características de representação de classe dos pescadores e de organização de caráter cooperativista, representativas dos interesses do Estado. Estão estreitamente ligadas ao governo e são criadas com fins de segurança nacional através da organização da produção pesqueira e de políticas de assistência social, saúde e educação (MALDONADO, 1986, p.48).

Em relação às implicações socioambientais consolidadas pela atividade pesqueira, é possível elencar uma série de transformações decorrentes da ação dos grupos ali constituídos. Observa-se o desenvolvimento de práticas não condizentes

com uso sustentável do recurso, o que vem acarretando a redução dos mariscos. Os pescadores e marisqueiras estão deslocando-se para áreas cada vez mais distantes à procura de marisco devido aos impactos negativos provocados pelo uso desordenado do solo com a ocupação de áreas de várzeas; aumento do lixo doméstico que é diretamente lançado no canal fluvial; desenvolvimento de atividades ao longo do rio (criação de suínos, por exemplo); despejo de resíduos das fábricas localizadas nas proximidades, carcinicultura, desmatamento do mangue, com madeira retirada para o cozimento do marisco e extração do marisco não respeitando o seu desenvolvimento.

Em decorrência disso, o sutinga (*Mytella charruana*) que contribuiu, significativamente, para a geração de renda da comunidade não está sendo mais coletado, pois não apresenta as condições necessárias para a comercialização, dificultando a vida dos moradores locais. Desse modo, muitas mulheres passaram a desenvolver outras atividades fora do povoado, como serviços de domésticas e no comércio. Aquelas que permanecem na atividade enfrentam grandes dificuldades no que se refere ao sustento da família.

Além das dificuldades enfrentadas em relação aos impactos negativos provocados pela sociedade moderna na comunidade analisada, as mulheres envolvidas na pesca enfrentam grandes obstáculos, pois o seu trabalho é considerado auxiliar ao do pescador, sendo sua principal função beneficiar o marisco e cuidar da família. Elas não são reconhecidas como pescadoras e, em muitos casos, sofrem resistências frente à ideia de que a pesca é uma atividade masculina.

6. Conclusão

A pesca é uma atividade secularmente desenvolvida, envolve saberes adquiridos pelo lidar diário com o meio, bem como relações de parentesco, solidariedade e companheirismo. Além disso, está estritamente ligada aos ritmos dos fenômenos naturais.

Nos últimos anos os impactos negativos sobre o setor pesqueiro são cada vez mais intensos, visto que o homem imbuído pelo ideal consumista moderno vem se afastando cada vez mais do conceito de natureza construído. Observando-se um quadro geral caracterizado pela degradação ambiental, condições precárias de vida humana e desarranjos sociais e, culminando numa iminente crise ambiental.

Neste contexto, tem-se a inserção da mulher nos mais altos estratos da sociedade e no mercado mundial, atingindo esferas jamais ocupadas. Contudo, ainda existem segmentos controlados por relações simbólicas e concretamente masculinas.

Desse modo, o estudo de gênero na pesca torna-se importante para a análise e compreensão da estruturação do trabalho de homens e mulheres na atividade pesqueira; da organização social, política e econômica das mulheres; das resistências e dos conflitos diante da concepção de que a pesca é uma atividade masculina, entre outras questões, pois historicamente os trabalhos no setor pesqueiro estão relacionados à figura do homem, contrariando a posição relevante da mulher não só como trabalho complementar a pesca masculina, mas principalmente contrariando a autonomia da mulher em sua vocação/profissão de ser pescadora e/ou marisqueira capaz de lidar com o ambiente pesqueiro e prover o sustento da família, sem, contudo, se descuidar dos trabalhos em sua casa e do zelo com os filhos.

Portanto, os desafios das mulheres na atividade pesqueira não são poucos, pois ainda são revestidos de preconceitos e pelo pouco espaço oriundo da produção científica. É preciso desconstruir e evidenciar onde estão estas mulheres pescadoras e marisqueiras que fazem de seu trabalho verdadeiras lições de vida.

7. Referências

BEGOSSI, Alpina (Org.); participantes, LEME, Andrea [*et al.*]. **Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: Hucitec: Nepam/ Unicamp: Nupaub/ USP: FAPESP, 2004.

BOAS, Dinabel. A. C.; CARVALHO, Maria Eulina P. de. **Educação Ambiental: a reorganização do ambiente escolar como um caminho para a transformação das relações Ambientais**. Biblioteca SEBRAE on line, 2005. Disponível em: <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/6B5D2E8B000AC67403256FDC00461874/\\$File/NT000A6466.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/6B5D2E8B000AC67403256FDC00461874/$File/NT000A6466.pdf)>. Acesso em: 10 de dez. 2008.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. **Gênero e meio ambiente**. 2. ed. rev. e ampl.- São Paulo: Cortez: Brasília: UNESCO: UNICEF, 2005.

DANTAS, Tarcísio. Sururu e Sutinga dão bons lucros em Socorro. **Jornal da Cidade**, Aracaju, 11 de jan. 2009. Disponível em: <<http://2008.jornaldacidade.net/2008/noticia.php?id=23375t>>. Acesso em: 10 de jun. de 2009.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 4. ed. São Paulo: Gaia, 1994.

DIEGUES, Antonio Carlos. **A pesca construindo sociedades: leituras em antropologia marítima e pesqueira**. NAPAUB-USP, 2004.

EMBRAPA TABULEIROS COSTEIROS. **Gestão participativa para o desenvolvimento da comunidade Mem de Sá - Itaporanga d'Ajuda/SE**. Embrapa Tabuleiros Costeiros. Aracaju, 2007.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. 14. ed., 1ª reimp.- São Paulo: Contexto, 2008.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Pescadores do mar**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

MARQUES, José Geraldo W. **Pescando pescadores: ciência e etnociência em uma perspectiva ecológica**. 2 ed. São Paulo: Núcleo de Apoio a Pesquisa sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras. USP, 2001.

MELO Ee SOUZA, Rosemeri M. e. *Redes de monitoramento socioambiental e tramas da sustentabilidade*. São Paulo: Annablume; Geoplan, 2007.

MORAIS, Eliana Barbosa de. Evolução epistemológica do conceito de natureza In: **Boletim Goiano de Geografia**, 19 (2): 75-98, 1MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico?: por uma epistemologia crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

PROST, Catherine. O falso consenso sobre a defesa de meio ambiente. In:MENDONÇA, Francisco de Assis et al.(orgs). **Espaço e Tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba: Associação de defesa do meio ambiente e desenvolvimento de Antonina (ADEMADAN), 2009.

RAIMUNDO, Valdenice e GEHLEN, Vitória Régia Fernandes. **O mar de dentro e o mar de fora: o espaço conquistado pela mulher na pesca**. Recife, 2009. Disponível em: <<http://xivciso.kinghost.net>>. Acesso em: 25/08/2009.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. **Ah, esse povo do mar!** Um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. São Paulo: Polis, SP: CERES, 2006.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. 7 ed São Paulo: Cortez, 2004.

RODRIGUES, Arlete Moyses. A abordagem ambiental unifica as geografias? In:MENDONÇA, Francisco de Assis et al.(orgs). **Espaço e Tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba: Associação de defesa do meio ambiente e desenvolvimento de Antonina (ADEMADAN), 2009.

ROCHA, Michelle da Silva Pimentel. **Mulheres, manguezais e a pesca no estuário do Rio Mamanguape, Paraíba**. 121f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente)- Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2010.

ROSSINI, Rosa Ester. A produção do novo espaço rural: pressupostos gerais para a compreensão dos conflitos sociais no campo. IN: SOUZA, Maria Adélia A. de e SANTOS, Milton (orgs.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986,97-117.

ROSSINI, Rosa Ester; CALIÓ, Sonia Alves. Gênero e meio ambiente na Amazônia brasileira. Florianópolis, ago. 2008. **Fazendo Gênero 8-Corpo, Violência e poder**. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST49/Rossini-Calio_49.pdf>. Acesso em: 10 de jun. de 2009.

WALDMAN, Maurício. **Ecologia e lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1992.

Weaving networks between nature and society: challenges of women in fisheries in Sergipe

Abstract

The interactions between society, environmental systems and the appropriation of natural resources are characterized by the forms and requirements imposed by the current mode of production, ie by the pattern of consumption expressed in each society. The space of fishing is mainly characterized by a deep connection between man and nature, traditional knowledge acquired by this relationship and the bonds built on developing the activity. The inclusion of women in the highest strata of society and in global labor market demonstrates the achievements of their in various activities. However, in the context of fishing are there are many obstacles, especially when it comes to recovery and professional recognition, as there are differences in pay and social rights. Given this situation, this paper aims to provoke debate about the participation of women in the fisheries sector, its relationship with the environment and the key challenges faced in their daily struggle. It is understood that examine women's participation in fishing is to contribute to the formulation of policies that lead to greater equity between genders and for maintaining the activity with a development plan consistent with the observed adversities in the sector.

Keywords: Nature, Society, Women fishers